

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezoito horas, a décima primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pela sua Presidente, Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão, coadjuvada pelo Primeiro Secretário da Mesa, José Carlos Correia Gonçalves e pelo Segundo Secretário da Mesa, Gilberto Marinho Monteiro Taveira. Aberta a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- João Manuel Alves Borges; -----
- Luís Carlos Taveira Baptista; -----
- José Adelino Correia Gonçalves; -----
- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----
- Sérgio Manuel Pereira Freitas; -----
- José Luís Pereira Mota; -----
- Dina Lúcia Borges Pereira; -----
- Manuel António Paulos Marques; -----
- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----
- Maria de Fátima da Cruz Fernandes; -----
- Luís António Ribeiro Almeida; -----
- Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão; -----
- Amélia de Jesus Monteiro Pinto, em substituição de José Manuel de Carvalho Marques. -----
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----
- Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----
- Victor Manuel Simões Teixeira; -----
- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----
- Francisco António Pinto Alves; -----
- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----
- Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----
- João Manuel Barros da Veiga; -----
- Cilina Ledo Vilela; -----
- José Carlos Correia Gonçalves; -----
- António José Borges Garcia; -----
- Manuel Martins Coelho, em substituição de Ana Cristina Fernandes Rente; -----
- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----

Faltaram justificadamente os Deputados António Manuel dos Santos Morgado e Maria Carolina Vicente Pereira Lopes. -----

A Câmara Municipal esteve representada pela sua Presidente, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, estando presentes o Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves e os Vereadores António Augusto Marques Ferreira de Araújo e Mário Augusto dos Santos Varela, tendo a Vereadora Maria Natália dos Santos Pinheiro Amarante, comunicado previamente da sua ausência por motivos profissionais. -----

Às dezoito horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, com a presença de 25 (vinte e cinco) dos 27 (vinte e sete) Membros desta Assembleia, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

Antes de iniciar a primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal deu nota da presença do Revisor Oficial de Contas do Município, Dr. Rodrigo Pacheco, que estará à disposição de todos os Membros da Assembleia Municipal para responder às questões que entenderem por convenientes, não obstante o seu relatório e o seu parecer terem já sido distribuídos no ponto da Ordem do Dia respeitante à Conta de Gerência 2023 (dois mil e vinte três). Agradeceu ainda a sua disponibilidade para participar nesta Sessão, que vai ao encontro das solicitações que têm sido feitas por vários Deputados Municipais. -----

----- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

----- Um ponto um: Apresentação de moções, votos de louvor, recomendações, votos de pesar, entre outros: -----

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou autorização ao plenário para apresentar uma recomendação ao Executivo Municipal, ainda no âmbito das Comemorações do 25 de Abril, para que os registos, testemunhos, em especial o do Sr. Coronel Rodrigo Pizarro e toda a informação recolhida sobre os ex-combatentes e feridos do Ultramar, nomeadamente os trabalhos elaborados pelos alunos das nossas Escolas, que recolheram depoimentos dos seus avós e familiares, possam ser compilados e organizados numa Edição Municipal, que poderá ser sob a forma de livro ou brochura comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril, no Concelho de Sabrosa. A proposta da Mesa foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, que após cumprimentar todos os presentes e em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, sugeriu que as sessões da Assembleia Municipal de Sabrosa, fossem agendadas para as sextas feiras ou vésperas de feriado, como que acontecia em mandatos anteriores, por forma a facilitar a logística familiar profissional e pessoal, uma vez que muitos Membros desta Assembleia Municipal estão no ativo e têm filhos menores, possibilitando uma melhor prestação de contributos por parte de todos. -----

A Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sugestão e respondeu que a Mesa pretende sempre facilitar a vida a todos os Membros da Assembleia Municipal, contudo, nem sempre é possível o agendamento das nossas sessões às sextas feiras ou véspera de feriado, dada a periodicidade das reuniões do Executivo Municipal e da aprovação dos assuntos que devem ser presentes às sessões de Assembleia Municipal, situação em que o interesse municipal se sobrepõe ao interesse pessoal. -----

Continuou a Deputada Suzanne Peixoto dizendo que, após pedido de informação mais detalhada à CIM Douro sobre a atribuição dos convites efetuados a cada Município para a Gala da CIM Douro, constatou que o protocolo com convite direto é destinado aos seguintes autarcas: Presidente da Câmara Municipal; Vereadores com e sem pelouro; Presidente da Assembleia Municipal; Membros eleitos da Assembleia que têm representação na CIM Douro, sendo que no Concelho, os representantes são os deputados Luís Almeida e José Marques; Presidentes de Junta de Freguesia e, posteriormente são enviados mais convites, quando solicitados pelo Município. Continuou solicitando que num próximo evento deste género, sejam considerados todos os Membros da Assembleia Municipal, promovendo a igualdade de oportunidades para todos, em detrimento de elementos que aparecem consecutivamente e que não são considerados membros eleitos pelo Município. Nada contra a esses elementos estarem presentes, o que não pode acontecer é esses serem convidados em detrimento de outros. Perguntou ainda se todos os funcionários são convidados ou apenas quem gere a lista de quem vai ao evento, é que escolhe. -----

Dando continuidade à sua intervenção, a Deputada Suzanne Peixoto, como mandatária da Aliança Democrática nas Legislativas 2024, agradeceu a forma como os Presidentes das Juntas de Freguesia contribuíram para o bom funcionamento das Mesas de Voto. Constatou ainda que nesses locais existe algum mobiliário obsoleto e em alguns casos desadequado para adultos, nomeadamente mesas e cadeiras, uma vez que as mesas de voto estão instaladas em escolas primárias, pelo que solicitou à Presidente da Câmara Municipal que fosse feito um levantamento, e que promovesse a uniformização e substituição desse mobiliário. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que após cumprimentar todos os presentes, informou que o Município irá efetuar o levantamento das necessidades de mobiliário nas Assembleias de voto, no sentido de conferir melhores condições aos membros das mesas e aos eleitores. -----

----- Um ponto dois: Intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia sobre assuntos específicos da sua freguesia: -----

Tomou a palavra o Presidente de Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"No passado dia 25 de abril, comemoraram-se os 50 anos sobre a Revolução dos Cravos, que libertou o país do jugo da ditadura que a todos oprimia. -----*

Também em Sabrosa se comemorou abril, com uma merecida homenagem aos militares naturais do concelho de Sabrosa mortos na guerra colonial. Passo a ler os nomes dos homenageados: -

- Alexandre Augusto Rodrigues Correia; -----
- António Calçada Pinto dos Santos; -----
- António Mourão Lamez; -----
- António Tomas de Figueiredo Gomes; -----
- Armando Augusto Rocha; -----
- Gaspar Ramos Gonçalves; -----



- *Hernâni de Lima Monteiro;* -----
- *Joaquim Américo Pinto Pereira;* -----
- *Joaquim Augusto Rolo Nóbrega;* -----
- *José Emílio;* -----
- *José Henrique Paulo Alves;* -----
- *José Luís Correia Ribeiro;* -----
- *José Maria Martins de Sousa;* -----
- *Laurindo Alves Osório;* -----
- *Manuel Alves Martins;* -----
- *Manuel Fernando Monteiro;* -----
- *Manuel Paulino Fernandes;* -----
- *Manuel Soares de Carvalho;* -----
- *Mário Augusto da Silva;* -----
- *Teotónio Ribeiro Cavaleiro;* -----
- *Túlio Araújo da Cunha Brandão.* -----

Para além destes Sabrosenses, muitos outros pereceram nesta guerra que não era a sua, porém, infelizmente não constam das listas oficiais do estado. -----

Não posso deixar passar esta data sem relembrar todos os soldados que regressaram às suas famílias, com sequelas físicas e psicológicas e que até hoje sofrem. -----

Por tudo o que acima referi, quero pedir a todos os presentes na sala, uma salva de palmas". – Aceitando o desafio do Presidente de Junta de Sabrosa, os Membros da Assembleia aplaudiram unanimemente a memória dos homenageados. -----

Pediu a palavra o Deputado João Borges para alertar que o nome aqui referenciado e constante da placa do Memorial de Homenagem aos Militares do Concelho de Sabrosa, mortos na Guerra Colonial, de "José Emílio" estará incorreto, sendo o nome correto "José Emílio Varela", tendo a Presidente da Assembleia Municipal dito que esta correção ficará registada em ata. -----

----- Um ponto três: Assuntos de interesse geral para o concelho: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, destinado às intervenções de interesse geral para o concelho, tendo os Deputados José Adelino Gonçalves, João Borges, Dina Pereira e Luís Almeida, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: "*Aquisição da Quinta dos Mouras – Sabrosa.*" -----

Venho desta forma, em meu nome, e em nome da bancada parlamentar do Partido Socialista, congratular publicamente o Executivo Municipal pela aquisição da "Quinta do Conde", vulgarmente conhecida por "Quinta dos Mouras", localizada em Sabrosa. -----



Como sabrosense, lembro-me, desde criança, e com alguma angústia, de me questionar pelo facto daquele espaço se manter inalterado, dada a evidência da importância que aquele local tem para o desenvolvimento da vila, da sede do concelho. -----

E da necessidade, funcional, mas também sentimental, porque sentia que, por mais que se fizesse e faça, Sabrosa continua inalterada enquanto não se transformar aquele espaço, da urgência da sua aquisição e da sua valorização. -----

Agora, numa aquisição com um investimento considerável, mas importante e totalmente justificado, tem a autarquia nas suas mãos a possibilidade de alterar significativamente a sua realidade de forma estratégica: -----

- para o seu futuro; -----

- e para futuro da sede do concelho; -----

- Beneficiando aquele espaço com novos equipamentos e serviços, e transformando, com certeza, toda aquela zona, a zona histórica da vila, e uma das suas mais importantes entradas.

Por isto, pela audácia de fazerem o que ainda não foi feito, e pelo futuro de todos nós, -----

Deixamos os PARABÉNS ao Executivo Municipal, aguardando com muita expectativa pelo futuro que trará esta transformação". -----

De seguida, tomou a palavra o Deputado João Borges, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: "Exma. Sra. Presidente da Autarquia, Helena Lapa, relativamente à sua Intervenção/resposta ao balanço que eu tinha feito acerca da primeira metade do seu mandato, cumpre-me esclarecer o seguinte: ---

1 - Obras realizadas: -----

O seu grau de satisfação com as obras por si realizadas nos 2 primeiros anos de mandato são reveladores da ambição que a senhora tem enquanto Presidente do nosso Município, é uma ambição de quem se contenta com qualquer coisa, e pensa que qualquer coisa basta. Quando se gerem dinheiros públicos, estes têm que ser geridos de forma rigorosa e exemplar, gastando aquilo que se pode e não hipotecando o futuro com investimentos e de necessidade muito duvidosa. -----

2 - Mentir ou faltar a verdade: -----

Acusa-me a Senhora Presidente de mentir. Deixe-me lembrar-lhe de algumas situações e factos que demonstram a todos quem de forma inequívoca falta à verdade, ou melhor dizendo, mente da forma mais natural e descarada possível, senão vejamos: -----

Tomada de Posse: Governarei sem qualquer coligação - palavras suas; -----

Reunião Camara no dia 3/3/2022: Fomos enganados pela atual Presidente de Camara que nos mentiu com uma tentativa de esconder a sua gritante inação, inabilidade e incompetência para debloquear este assunto - palavras do Vereador António Araújo. -----

Reunião de Camara no dia 5/5/2022: Pois bem, sobre a questão da qualidade da alimentação, mentiu, mentiu mais uma vez V. Excelência - palavras do Vereador Mário Varela. -----

Reunião de Camara no dia 17/07/2022: Mentiu e foi mal-educada, mentiu e foi mal-educada. Apresentou o Vereador Mário Varela 12 factos e situações que V. Exa. não desmentiu nem contrariou ate hoje. -----

Reunião da Assembleia em 27/12/2023: A Presidente da Camara Municipal respondeu que a fiscalização das obras da ADIN não é da responsabilidade da Camara Municipal - palavras suas. Senhora presidente parece-me que com este historial, acusar alguém de mentir ou faltará verdade é no mínimo caricato. -----

3 - Quem persegue quem: -----

Processo disciplinar que a senhora presidente, na qualidade se Presidente de Direção da APPACDM, mandou instaurar á colaboradora Fátima Fernandes, á data, Presidente da Assembleia Municipal. -----

Queixa apresentada ao TAF de Mirandela, propondo a perda de Mandato aos membros da Mesa da Assembleia Municipal, Fátima Fernandes, Maria João Bessa e João Borges. -----

Queixa apresentada ao TAF de Mirandela a propor a perda de mandato ao Vereador Mário Varela. -----

Queixa-crime apresentada contra o cidadão e Vereador Mário Varela, processo esse que foi arquivado pelo Ministério Publico, pese embora a sua insistência em sede de recurso. -----

Senhora Presidente afinal que persegue quem? Deixe-me dar-lhe um conselho, fica-lhe mal enquanto Presidente de Camara andar com estes joguinhos e processos contra a oposição que foi democraticamente eleita. Pergunto se a senhora pagasse os processos do seu bolso se agiria da mesma forma? -----

4 - Dissolução da Mesa da Assembleia. -----

Ao contrário do que diz Senhora Presidente, a mesa da Assembleia apenas foi dissolvida porque V. Exa. e o PS de Sabrosa nunca aceitaram ter perdido a eleição para a mesma, e desde a nossa tomada de posse, foi planeada uma estratégia para nos destituir. Se é verdade que não tínhamos experiência, não é menos verdade que sempre fomos humildes e tentamos fazer as coisas de forma diferente, para melhor, foi esse o nosso maior erro, mas aprendemos e seguimos em frente. -----

Manifesto ainda o enorme orgulho que tive em fazer parte de uma mesa, com mais 2 pessoas, que sempre se pautaram, quer na política, quer na vida por uma conduta exemplar e na plenitude de todas as condições éticas, morais e políticas para o exercício deste cargo ou de qualquer outro, assim outros tivessem as mesmas condições. Será que ao PS Sabrosa tudo serve, só interessando garantir condições para a salvaguarda de questões particulares, em claro detrimento do superior interesse publico? -----

5 - Política do Pão e Circo. -----

Conforme referi Senhora Presidente é essa a sua política, a sua forma de estar, esquecendo-se que estamos em 2024, passados 50 anos desde o 25 de Abril, e que vivemos em democracia plena. Aceite mais um conselho, adapte-se e atualize-se. -----

B

S
F
F

As pessoas, estão esclarecidas e têm toda a informação. E não Senhora Presidente, não considero os Sabrosenses pouco inteligentes, considero-os pessoas esclarecidas e bem informadas, e estou ciente e no dia e local certos, vão mostrar-lhe que não se deixaram levar pela sua política de festas e merendolas, ao bom estilo daqueles que pensam que tudo vale e tudo podem, assim tenham o consolo da gaveta do erário público. -----

6 - Pedir desculpas. -----

Concluindo, quem vai ter de apresentar um pedido de desculpas é a Senhora Presidente, pois herdou um Município, que apesar de pobre, tinha um saldo de tesouraria apreciável, poucas dívidas e capacidade plena de endividamento e vai legar, a quem lhe suceder, uma Camara, com um maior nível de pobreza, com as contas depauperadas, e sem qualquer capacidade de endividamento futuro, tudo isto, fruto das sua incompetência e falta de visão estratégica, resultado de uma forma absolutamente provinciana e ultrapassada de gerir a coisa Publica". ---

Dando continuidade à ordem de inscrição neste ponto, tomou a palavra a Deputada Dina Pereira, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: "Hoje a minha intervenção vem no sentido de saudar o executivo pelas várias iniciativas culturais a que temos tido oportunidade de participar. Como vai sendo pratica este é um tema que a mim muito me diz. -----

Decorreu, entre os dias 25 de março e 5 de abril, mais uma campanha de escavações, aberta para quem quiser participar. O apoio do município às escavações arqueológicas tem sido fundamental porque só assim conseguimos garantir a preservação da nossa história e da cultura local. Este trabalho tem fornecido informação valiosa sobre o passado da região, ajudando a compreender melhor a nossa evolução enquanto sociedade e a preservar o nosso património arqueológico. -----

Este tipo de investimento e opções políticas permite contribuir para o turismo cultural, para a divulgação da região através da participação dos muitos curiosos, especialistas, crianças, estudantes nacionais e internacionais que têm vindo a participar nos trabalhos e que muito cooperam com o concelho com o seu trabalho e saber. -----

Este ano estamos num processo de requalificação da Necrópole Medieval das Touças. Trata-se de um processo fundamental para a compreensão e preservação do espaço de forma a que quem nos visite possa usufruir de uma boa experiência. -----

Actualmente com o trabalho que vem sendo desenvolvido, tanto a nível da investigação arqueológica, mas também todas as iniciativas de carácter cultural, têm permitido a colaboração em alguns projectos nacionais e internacionais, alguns já se encontram em curso, outros em fase de análise como é o caso do projecto Pannonias Old Lands. Este último dotará o concelho de um espaço museológico na vanguarda dos mais modernos e tecnológicos. Mas mais uma vez este projecto não seria possível sem a participação do município de Sabrosa, uma vez que as obras de melhoramento do edifício público, pertencente à câmara municipal, (Antiga Escola Primaria da Garganta/Polo Arqueológico da Garganta) ficará a cargo do Município de Sabrosa, tomando pra si este encargo financeiro. Este trabalho de parceria é extremamente benéfico para

as partes, porque envolve esforços conjuntos de forma a promover o desenvolvimento local, implementar projetos sociais e culturais que beneficiam sempre e em última instância o cidadão. O município mostra-se sempre disponível em fornecer apoio institucional, e sempre que necessário trabalhar em conjunto sempre com vista a alcançar objectivos que seriam mais difíceis de alcançar individual e separadamente, nisto inclui-se a promoção do bem-estar da comunidade, o desenvolvimento local, a preservação do património cultural, a preservação das tradições, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o envolvimento e participação activa dos cidadãos. E com o caminho que tem vindo a ser percorrido ao longo destes anos e com a grande ajuda, disponibilidade e boa vontade de alguns sócios, a Associação, neste momento, encontra-se a instruir o dossiê para pedir o estatuto de utilidade pública, e mais uma vez o apoio institucional do Município é fundamental. Considero que é um passo muitíssimo importante.... Obviamente, que não tem sido um percurso fácil, porque a grande maioria do trabalho é feita de forma voluntária e em horas vagas. -----

Não posso deixar de terminar sem referir as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. A Ahas associou-se a esta iniciativa com o tema: "musica para a democracia: arte de protesto nos estados totalitários... a música de intervenção, a canção de protesto, Portugal e Espanha, com a Projectão do documentário "a Cantiga era uma arma" de Joaquim Vieira jornalista na RTP e a presença do mesmo. Contamos também com a presença de Tino Flores, um dos fundadores do Grupo de Acção Cultural, criado em 1974, com José Mário Branco, Afonso Dias e Fausto Dias, entre tantos outros. -----

E porque ainda é abril: viva à diferença, viva à diferença de opinião, viva a democracia... porque sem ela, não estaríamos aqui, viva a liberdade". -----

Por fim, tomou a palavra o Deputado Luís Almeida que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: "Celebrou-se recentemente os 50 anos do 25 de abril, celebrou-se a democracia, a Liberdade e a audácia, de poder pensar, agir e ser diferente. As conquistas que se conseguiram, abriram um amplo leque de possibilidades, quanto ao caminho a seguir. Em democracia podemos fazer oposição, e de facto, o papel da oposição deve ser claro: -----

- Deve fiscalizar os executivos, e os seus atos de governação; -----
- Deve ser catalisadora das necessidades, e insatisfações populares; -----
- Deve também ajudar, a quem governa, a errar menos, e a gerir melhor, criticando, apontando equívocos e incongruências, e denunciar erros e omissões. -----

Ser oposição é não ter medo de o ser, com respeito, devemos de forma vigorosa debater, expor e denunciar se caso disso seja necessário, pois só assim, contribuimos para a realização das funções que nos foram confiadas, porque o papel de um político é servir ao povo. -----

Mas ser oposição também é, nos momentos de boa atuação de quem governa, saber reconhecer, assim hoje quero parabenizar, o executivo pelo memorial de homenagem aos militares do Concelho de Sabrosa mortos no ultramar. É um dever evocarmos a memória dos que caíram, é uma homenagem justa aos que deram o melhor de si, com o sacrifício das suas

famílias, e das suas próprias vidas na Guerra do Ultramar. É importante não esquecer, quem enfrentou a adversidade da guerra, reconhecer todos os que, pela sua acção, na defesa de Portugal, sofreram no corpo, e na alma o preço da guerra. São merecedores de todo o nosso profundo respeito. -----

É importante também, não esquecer os restantes que sofreram o flagelo da guerra, aos que não caíram, aos que ainda cá estão, devemos o nosso profundo agradecimento. Por eles, pelas suas famílias, devemos nós, gerações mais novas, também lutar por um futuro melhor, de desenvolvimento e de paz". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, referindo-se à correção do nome do combatente morto na Guerra Colonial solicitada pelo Deputado João Borges, disse que essa informação foi fornecida pela Liga dos Combatentes, pelo se supõe que esteja correta, tendo sido também confirmada com as Juntas de Freguesia. Quanto à intervenção do Deputado João Borges, em resposta à sua intervenção da última sessão da Assembleia Municipal, disse reafirmar o que havia dito nessa sua intervenção. -----

Por fim, em relação às restantes intervenções, agradeceu a todos pela participação e envolvimento nas comemorações do 25 de abril e na homenagem que se prestou aos mortos em combate na Guerra Colonial, com a edificação do Memorial que perpetuará os seus nomes. -----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou autorização ao plenário para alterar a ordem da discussão dos pontos da agenda dos trabalhos, iniciando-se o período da ordem do dia pelo ponto 2.6 da agenda de trabalhos – Conta de Gerência 2023 (dois mil e vinte e três), uma vez que, como já tinha referido, está presente o Revisor Oficial de Contas do Município, Dr. Rodrigo Pacheco, para prestar todos os esclarecimentos que sejam solicitados pelos Membros desta Assembleia. Colocado a votação o pedido de alteração da ordem da discussão os pontos da agenda de trabalho, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Dois ponto seis: Presente informação n.º 3687/24 da UOF AFP datada de 8 (oito) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Conta de Gerência 2023 (dois mil e vinte e três). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com o voto contra do Vereador Mário Varela e abstenção da Vereadora Natália Amarante, a Conta de Gerência do ano económico de 2023 (dois mil e vinte e três), submetendo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para a apresentação do documento em discussão, tendo feito a seguinte intervenção: *" De forma a dar um enquadramento inicial aos resultados apresentados, que não podem ser dissociados da conjuntura socioeconómica atual, e realçando que 2023 corresponde ao segundo exercício económico integral da legislatura do quadriénio 2021-2025, é importante destacar que, de um modo geral, e mesmo com as influências económicas negativas provocadas pelas guerras na Ucrânia e Médio Oriente, e o continuar de ciclo económico inflacionista e da permanência de elevadas taxas de juro, os*

resultados obtidos no final do ano consideram-se muito positivos e revelam um consolidar do esforço consistente, contínuo, responsável, rigoroso, crescente e de preocupação com as gerações futuras. -----

Analisando global e transversalmente o exercício apresentado, destaca-se o resultado alcançado no âmbito da Execução Orçamental, onde se obteve uma Receita com uma taxa de 86,2%, estando em cumprimento com o indicador de alerta precoce (mínimo 85%) da DGAL. -----

Estes resultados obtiveram-se continuando a apoiar, mais e melhor, todas e todos, de forma transversal e indo ao encontro das necessidades, cada vez maiores, dos vários agentes da nossa sociedade local, sejam municípios, empresas, associações ou IPSS's. -----

Precisamente no âmbito social, é importante destacar o contínuo aumento do investimento/apoio realizado desde 2021. Neste sentido, aumentamos, mais uma vez, e face ao ano transato, os apoios concedidos no âmbito da medida do Cartão do Idoso, no âmbito da medida de Apoio à Natalidade, da comparticipação do pagamento da fatura da água através do Tarifário Social de Ajustamento ou da atribuição de Bolsas de Estudo. -----

Também o apoio às Instituições sem Fins Lucrativos, associações e ao terceiro setor, através das IPSS's, voltou a ser aumentado, num esforço que revela claramente a prioridade e importância que este executivo dá ao trabalho desenvolvido neste âmbito. -----

Tudo isto sem tirarmos o foco de continuar a Abraçar e Construir o Futuro do Concelho de Sabrosa, num período de importância vital para a concretização de vários projetos importantes e estruturantes, que agora se encontram concluídos e preparados para avançarmos com confiança para a sua concretização em obra. -----

Destaca-se ainda que, face a 2022, o prazo médio de Pagamentos foi reduzido de 3 para 1 dia, verificando-se uma faturação sem pagamentos em atraso, não existindo quaisquer indicadores de alerta precoce e tendo todos os deveres de informação cumprimento integral. -----

Dá-se uma última nota relativamente ao Resultado Líquido do Período. Em virtude da contabilização/registos Patrimoniais dos reconhecimentos da NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação e das recomendações do ROC, para o cumprimento legal, por conta dos exercícios económicos findos de 2020, 2021 e 2022 e, claro, do de 2023, o atual exercício económico ficou alterado, ao nível do valor do Resultado Líquido do Período, isto é, registou um valor anormalmente baixo, face à imputação dos reconhecimentos de anos transatos no ano de 2023, tarefa concretizada em 2023, garantidas as condições de Técnico especializado para o cumprimento da mesma. -----

Não obstante, e mesmo com as especificidades vividas, a Câmara Municipal de Sabrosa registou pela primeira vez um Resultado Positivo em cinco anos consecutivos. -----

Com todos os dados apresentados atestados pela Certidão Legal de Contas, exprimindo que "Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na Certificação Legal de Contas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas da Entidade.", e por todas as evidências

apresentadas nesta exposição, os resultados apresentados revelam, indubitavelmente, e mais uma vez, um desempenho inegável de sucesso. -----

Para finalizar, destaca-se o modo responsável do executivo permanente da Câmara Municipal no desempenho autárquico, a interação e cooperação institucional com as Freguesias e demais instituições do concelho e o sentido público e zeloso de todos os trabalhadores e colaboradores e o envolvimento e participação dos Municípes demonstrado ao longo do último ano." -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Conta de Gerência do ano económico de 2023 (dois mil e vinte três), com 5 (cinco) votos contra dos Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto, João Borges, Maria de Fátima Fernandes e Maria João Bessa e 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Almeida. Foram ainda apresentadas duas declarações de sentido de voto, uma de sentido de voto favorável à aprovação da Conta de Gerência do ano económico de 2023 (dois mil e vinte e três) pelo Deputado Manuel Marques, em representação dos Membros eleitos do Partido Socialista e uma de sentido de voto contra, apresentada pelo Deputado João Borges, em representação dos Membros eleitos pelo Partido Social Democrata, que de seguida se transcrevem: -----

Declaração de voto de sentido favorável à aprovação da Conta de Gerência do ano económico de 2023 (dois mil e vinte e três): "Declaração de voto do Partido Socialista na apreciação aos Documentos de Prestação de Contas do ano 2023: Salientamos, em primeiro lugar, a presença do nosso Revisor Oficial de Contas, que queremos publicamente agradecer e o seu parecer, propondo a aprovação e atestando a legalidade dos documentos de prestação de contas aqui em discussão respeitantes ao ano de 2023. -----

Fazendo uma análise política do ponto de vista da Contabilidade Orçamental, que nos dá o relato da execução do Orçamento que aprovamos para o ano de 2023, numa visão global apenas desse mesmo ano, concluímos, com satisfação, que as percentagens de execução, quer da receita, quer da despesa, que se situam respetivamente em 86,2% e 83,74%, demonstram a sua adequação às previsões feitas - ou seja, o orçamento foi bem feito, mas principalmente o esforço e a eficácia do nosso executivo na implementação e concretização dos projetos e dos planos a que se propuseram. -----

O respeito pelo equilíbrio das contas do Município foi assegurado, uma vez que o ano de 2023 terminou com um excedente orçamental, ou seja, a receita foi superior à despesa em mais 310 mil euros, portanto terminamos o ano com um saldo positivo. -----

Também numa análise económico-financeira, olhando os ativos e os passivos do Município, que nos são dados pelo seu Balanço e pela Demonstração de Resultados, realçamos um resultado líquido do exercício positivo que ascende a € 106.820,04, verificando-se uma margem disponível de endividamento de 1,4 milhões de euros. -----

Mas é na visão que nos é dada na Contabilidade de Gestão, que nos mostra as verbas alocadas a cada uma das políticas públicas e às prestações de serviços aos nossos Municípes, que mais sentimos a matriz social e solidária deste executivo liderado pelo Partido Socialista, que, não

obstante as dificuldades vividas com uma taxa de inflação de que já não havia memória, alta de juros e uma Guerra em pleno coração da Europa, teve o engenho e a capacidade de alocar os seus recursos para o fundamental, o apoio direto às pessoas, às Instituições de caráter humanitário, social, cultural e desportivo, sem descuidar o investimento nas obras estruturantes. Por tudo isto, é com grande satisfação e regozijo que o Partido Socialista Vota favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2023, parabenizando o Executivo liderado pela Presidente Helena Lapa, mas também todos os Funcionários e Funcionárias Municipais que deram o seu esforço e dedicação para o bom desempenho da Execução do ano de 2023". -----

Declaração de voto de sentido contra à aprovação da Conta de Gerência do ano económico de 2023 (dois mil e vinte e três): "Voto contra com declaração de voto. Subscrevemos a declaração de voto do Vereador Mário Varela, tida em sede da reunião de executivo, a qual passo a citar: Este é um assunto da exclusiva responsabilidade da Sra. Presidente do Executivo, do ponto de vista legal ou outros, contando ainda com a solidariedade devida, que quem aprovou a Delegação de Competência da Câmara Municipal de Sabrosa na sua pessoa, tudo conforme deliberado e votação tida em Reunião de Câmara efetuada em 19/05/2022, no ponto 3.3 da sua ordem de trabalhos, considerando ainda o não cumprimento ao previsto no Estatuto do Direito de Oposição, a Sra. Presidente não coloca de forma prévia à apreciação e discussão dos membros do Executivo e Assembleia Municipal, assuntos de caráter estruturante para o nosso Concelho, que em custos, representam valores significativos em termos de prestação de contas. Não cumpriu ainda, a Sra. Presidente do Executivo e o PS Sabrosa, com a palavra dada e compromissos assumidos, ou seja, o aumento da comparticipação municipal do tarifário geral da ADIN em mais 7,5%, valor a ser aplicado cumulativamente no período de 2022 a 2025, sendo esta percentagem, corrigida em alta em função da atualização do tarifário e de todas as suas sub-tabelas, tudo de forma a atingirmos em 2025 uma comparticipação total de 30%, este valor foi assumido pelo Executivo Socialista em sede de aprovação de Orçamento Municipal de 2022 e até hoje não foi cumprido. -----

Neste, como em muitos outros assuntos, a Palavra dada não foi a palavra Honrada. -----

Por fim, o revisor Oficial de Contas, para além de estar presente na Assembleia Municipal, também deveria estar presente em sede de reunião de executivo. -----

Pelo exposto, e considerando os argumentos apresentados, entendem os deputados eleitos pelo PSD/Sabrosa não estarem reunidas as condições mínimas para serem aprovados os documentos constantes da Conta de Gerência de 2023, daí o nosso voto contra em sede de votação". -----

Foi ainda apresentada pelo Deputado Luís Almeida a seguinte declaração de justificação da sua abstenção: "O aumento de gastos inerentes a estratégia a seguir pelo atual executivo, alguns deles supérfluos e desmedidos, que não são necessários descrever, pois são perspetíveis por todos nós, podem por em causa nos próximos tempos as boas contas do município. -----

Em 2023 o resultado líquido teve um brutal declínio, menos 91% face ao ano anterior, que não se explica apenas pela imputação dos reconhecimentos dos anos transatos. A falta notória de

capacidade e de dinâmica do atual executivo em atrair novos fundos comunitários são também claros, os aumentos avultados em fornecedores e outras rubricas do passivo levam a degradação dos resultados. -----

Em 2023 o município recebeu quase mais 20% de impostos, e talvez por esta situação elencada numa boa capacidade financeira de anos anteriores é que não apresentou resultados negativos no ano em questão. -----

Mais uma vez alerto e reitero a atenção do executivo para o dever de apresentar boas contas, chamo mais uma vez a atenção para a correção do rumo/estratégia a seguir para se evitar que no futuro o município não entre em resultados negativos. Por esta razão abstenho-me". -----

----- Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal. --

A Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que foi distribuído um ofício remetido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sabrosa, relativo ao assunto "Defesa dos Bombeiros e Associações Humanitárias de Bombeiros", para conhecimento de todos. -----

De seguida informou que foi remetido à Mesa, pelo Executivo Municipal, um assunto urgente para discussão na presente Sessão, não incluído na Ordem de Trabalhos, pois apenas foi aprovado na última reunião daquele órgão, ocorrida já depois do envio da nossa convocatória e que se reporta ao Pedido de Declaração de Interesse Municipal para empreendimento de Turismo em Espaço Rural (TER) – Casa de Campo – Quinta da Sobreira, Gouvinhas. A competente informação, com a deliberação do Executivo, já foi distribuída a todos os Membros, pelo que a Mesa solicita autorização ao Plenário para que este assunto seja aditado à ordem de trabalhos desta Sessão, como o ponto 2.14 – Pedido de Declaração de Interesse Municipal para empreendimento de Turismo em Espaço Rural (TER) – Casa de Campo – Quinta da Sobreira, Gouvinhas. -----

Colocada a proposta da Mesa à votação, obteve-se o seguinte resultado: Autorizada por maioria a introdução do ponto 2.14 - Pedido de Declaração de Interesse Municipal para empreendimento de Turismo em Espaço Rural (TER) – Casa de Campo – Quinta da Sobreira, Gouvinhas, na Agenda de Trabalhos da presente Sessão, com 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Almeida.

----- Dois ponto dois: Presente ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----
Não participou na discussão e votação a Deputada Dina Pereira, por não ter estado presente na sessão. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), com 1 (um) voto contra do Deputado Luís Baptista e 4 (quatro) abstenções dos Deputados Suzanne Peixoto, João Borges, Maria de Fátima Fernandes e Maria João Bessa. -----

----- Dois ponto três: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que destacou os seguintes pontos, conforme detalhado na Informação distribuída aos Deputados: *"No âmbito da Unidade Orgânica Flexível - Obras, Serviços e Ordenamento do Território, quero começar por destacar-vos, por exemplo: A Reparação da rede de águas pluviais na freguesia de Covas do Douro e outras intervenções urgentes que lá se fizeram e continuam a fazer; Alteração de espaços verdes através das plantações e colocação de inertes, indo ao encontro das necessidades de preservação ambientais atuais; -----*

- Dou-vos nota também que continuamos a trabalhar em vários projetos estruturantes, como tenho anunciado aqui e que, por exemplo, se trabalhou, prioritariamente; No âmbito da Estratégia Local da Habitação; ou, Da Constituição da Propriedade Horizontal do ex-externato - Sabrosa; E que, a 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Sabrosa continua a decorrer. -----

No âmbito da Unidade Orgânica Flexível – Educação, Saúde e Ação Social, quero destacar-vos, por exemplo, que, para além da normal atividade que se desenvolve, a Escola Básica Fernão de Magalhães recebeu três novos equipamentos informáticos que vêm melhorar as condições de aprendizagem de todos os alunos. E que a aquisição destes equipamentos implicou um investimento total da autarquia na ordem dos 9 000 € (Nove mil euros); E Que a Câmara Municipal de Sabrosa recebeu, do Instituto da Segurança Social, um convite para a manifestação de interesse no desenvolvimento de um CLDS 5G no Município; Destacar ainda que, no âmbito da Medida de Incentivo à Natalidade e Adoção, desde janeiro, entraram nos serviços 8 processos; E que no âmbito da Estratégia Local de Habitação – ELH foi aprovada uma Candidatura e foi assinado um Contrato de Comparticipação entre o Município e o IHRU, destinado à aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar à Habitação, neste caso 1 fogo, em Saudel – S. Lourenço de Ribapinhão. -----

No que à Unidade Orgânica e Flexível de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local diz respeito, dou-vos nota de que estamos já em fase de execução, da candidatura ao PRR– Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, para Aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo para o Auditório Municipal de Sabrosa, que nos permitirá renovar o equipamento existente e ficar dotados de capacidade de receber aqui sessões de cinema; ou Que continuámos a aguardar com expectativa o resultado da candidatura à Linha + Interior do Turismo de Portugal do projeto de "Instalação de Residência Artística Rocha Cabral na Antiga Escola de Paradela de Guiães"; Que neste período, à semelhança do que vem sendo hábito, tivemos uma atividade cultural intensa, diversificada e que merece destaque. -----

Do muito de bom que aconteceu, dar-vos nota que se realizou o Recital "Nihil Sibi – A Fonte de Torga", de Evocação a Miguel Torga, com André Gago e Nicholas Mcnair no Espaço Miguel Torga; A 18 de fevereiro, pudemos assistir, neste auditório, ao Teatro Musical – "A Vida dos Outros", da Academia Sénior de Sabrosa, para quem deixo os meus parabéns; E que aconteceu a IX edição da Matança do Porco, em Souto Maior, e O Festival dos Potes e da Gastronomia

Duriense, na aldeia Vinhateira de Provesende, dois eventos de enorme sucesso e que merecem ser aqui destacados; -----

Destaco ainda o reativar do Festival "Artistas da Nossa Terra", que desde Janeiro já trouxe a palco grandes artistas do nosso concelho, como a Margarida Ribeiro, a Madalena Gonçalves ou o Bié e a Participação do município na BTL 2024, Bolsa de Turismo de Lisboa, onde tivemos duas ações diretas com o público presente de enorme destaque e muito participadas. -----

No âmbito da minha agenda pública, quero ainda dar-vos nota de que estive presente na: Reunião do Conselho Geral ANMP, em Coimbra; Na Assembleia Geral da AIMRD – Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, em Lamego; Ou no 2º Encontro das Agendas Mobilizadoras "Parcerias que Transformam a Economia", Europarque - Santa Maria da Feira. -- Para terminar, dou-vos conta que esta Câmara Municipal, desde o início do ano gerou um superavit orçamental total de €83.864,32. -----

Fico agora à vossa disposição para responder às vossas questões!" -----

Acrescentou ainda que, em relação à declaração feita pelo Deputado Luís Almeida, no ponto anterior, nomeadamente sobre a incapacidade ou inabilidade de recurso aos fundos comunitários, deu nota de que foi assinado no passado dia 24 (vinte e quatro) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), a ITI (Sistema de Incentivos de Base Territorial – ITI CIM), em Penedono, com a presença do Ministro da Coesão, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e os 86 (oitenta e seis) Municípios do Norte de Portugal, tornando-se só agora possível a abertura dos avisos para candidaturas a fundos comunitários. Quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), temos vários projetos candidatados, mas que ainda não existe decisão final, como é o caso da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Sabrosa ou o Centro de Saúde de Sabrosa e ainda a Estratégia Local de Habitação. -----

Colocado este assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados Maria João Bessa, Suzanne Peixoto e Luís Almeida. -----

Tomou a palavra a Deputada Maria João Bessa, que após cumprimentar os presentes, colocou as seguintes questões: se a plantação de vinha, no Espaço Miguel Torga em São Martinho de Anta, fazia parte do projeto inicial para esse espaço; quando o mesmo foi decidido e quem decidiu plantar a vinha; Se o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Anta teve conhecimento e participou nesta decisão e qual o motivo para plantar a vinha naquele espaço. - Continuou referindo-se à Estratégia Local de Habitação, questionando a forma como se chegou ao número de 41 (quarenta e um) fogos, referido na Informação da Presidente. E, uma vez que as candidaturas ao 1.º Direto terminaram no dia 31 (trinta e um) de março, questionou, qual o número de candidaturas submetidas, quantas já foram aprovadas, qual o número de famílias abrangidas, qual a tipologia das habitações a serem intervencionadas e qual a distribuição geográfica das candidaturas submetidas. -----

Disse que o Passeio Aventura Sabrosa, realizado em fevereiro e organizado pelo Moto Clube Terras de Magalhães, que, na Informação da Presidente, está incluído no tema da Cultura, mas

no seu entender, deveria estar incluído no tema Desporto e Lazer, já que neste tema também estão incluídas outras atividades semelhantes, nomeadamente o *Trail* por Terras de Magalhães ou BTT pelo Reino Maravilhoso. -----

Por fim, relativamente aos processos judiciais elencados na Informação da Presidente, mais propriamente ao processo 644/24, referente ao recurso de contraordenação de uma coima aplicada pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), questionou qual o motivo que originou a aplicação da coima ao Município. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, em resposta às questões da Deputada Maria João Bessa, disse que relativamente à Estratégia Local da Habitação a dúvida colocada faz sentido, uma vez que um imóvel pode conter mais de uma habitação, sendo que existem casos desses, nomeadamente uma casa pode servir para dois ou três T2 ou T3. As habitações estão localizadas nas freguesias de Torre do Pinhão, Parada do Pinhão, São Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vilarinho de São Romão, Celeirós do Douro, Fermentões e São Martinho de Anta. -----

Quanto à plantação de vinha no Espaço Torga, esclareceu que o projeto de arquitetura foi, à época, encomendado ao arquiteto Souto Moura, que detém direitos de autor, quer da obra, quer da zona envolvente, pelo que a ter que se concretizar algum projeto naquele espaço, o mesmo teria de ser consultado, o que veio a acontecer. Foram, portanto, da autoria do Arquiteto Souto Moura, quer a ideia da plantação da vinha, quer a elaboração do desenho da vinha com efeito artístico, em função das castas, para aquele espaço. -----

Acrescentou ainda que, o que se pretende para aquele espaço é algo que não retire o interesse do edifício principal do Espaço Miguel Torga. -----

Relativamente à atividade do Moto Clube Terras de Magalhães, entende que faz sentido ser integrada no tema Desporto e Lazer, conforme a sugestão apresentada pela deputada Maria João Bessa. Para responder à questão respeitante à coima, solicitou que fosse dada a palavra ao Consultor Jurídico para mais esclarecimentos, acrescentando que, pelo que se recorda, a mesma dizia respeito à falta de indicação, por parte do Município, do Encarregado de Proteção de Dados, que veio a ser comunicada em 2022 (dois mil e vinte e dois), mas a coima refere-se a anos anteriores. -----

Finalizou, dizendo que quanto à Estratégia Local de Habitação, conforme já referiu, até ao momento, apenas foi aprovada uma candidatura. -----

Foi dada a palavra ao Consultor Jurídico, Dr. Filipe Correia, que após cumprimentar os presentes, esclareceu que, a coima foi aplicada pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, referente à não publicação e comunicação dos contactos do Encarregado de Proteção de Dados, tendo sido interposto recurso. -----

De novo, no uso da palavra, a deputada Maria João Bessa, questionou por que não houve essa comunicação e qual foi o impedimento para que tal acontecesse. -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que a lei que obriga à nomeação do Encarregado de Proteção de Dados nas entidades, já entrou em vigor em 2018 (dois mil e dezoito), pelo que

partiu do princípio que o Município já teria comunicado quem era o Encarregado de Proteção de Dados no Município de Sabrosa, tendo essa situação sido colmatada logo no início do seu mandato. -----

Seguindo a ordem de inscrição deste ponto, tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto, que solicitou esclarecimentos sobre a constituição de propriedade horizontal do ex-externato de Sabrosa, sobre o programa "Bora Jovens" e sobre o ajuste direto para a aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo para o Auditório Municipal de Sabrosa, questionando qual a percentagem de financiamento comunitário. -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente à constituição da propriedade horizontal do antigo externato de Sabrosa, esta é uma necessidade, pois existem várias entidades a ocupar aquele espaço, sendo uma delas a Associação Douro Histórico, fazendo por isso todo o sentido que o edifício esteja organizado em propriedade horizontal. -----

Quanto ao projetor de cinema e vídeo, a comparticipação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) será de 100%, pelo valor da aquisição. E, relativamente ao programa "Bora Jovens", disse que responderá depois, uma vez que no momento existem vários programas a decorrer e não tem aqui as informações detalhadas. -----

Por fim, tomou a palavra o deputado Luís Almeida, que relativamente ao Espaço Miguel Torga, disse que, à época da inauguração daquele espaço, foi abordado por artesãos do Concelho, sobre a possibilidade de terem a honra de expor os seus trabalhos num espaço desenhado pelo Arquiteto Souto Moura. Na época, questionou o Executivo Municipal, tendo sido esclarecido de que não podiam expor esses trabalhos porque era uma decisão do arquiteto e da sua equipa, quem expunha, o que era exposto e em que condições. Assim, e relativamente à plantação da vinha no espaço envolvente ao Espaço Miguel Torga, questionou quem vai pagar essa plantação, quem vai fazer o trabalho e quem decidiu. Por que se a decisão foi do arquiteto e ele não permitir a concretização de qualquer outro projeto, perguntou se se vai acatar a sua indicação, pois que, em tempo de democracia, será importante refletir sobre o assunto, há que ser livre, mas também que respeitar a população. -----

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a obra tem direitos de autor, não só sobre o edifício, mas também sobre o que o circunda, sendo que a violação destes direitos, implica o pagamento de coimas muito elevadas. -----

Relativamente à possibilidade de exposição de trabalhos de artesãos, a programação do Espaço Miguel Torga, não é da responsabilidade do arquiteto Souto Moura, mas sim do Diretor daquele espaço, em articulação com a Câmara Municipal, onde têm sido feitas várias exposições, bem como apresentações de livros com outras entidades, nomeadamente com a Fundação Calouste Gulbenkian ou com a Câmara Municipal de Vila Real. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto quatro: Presente informação n.º 1836/24 da UOF AFP datada de 20 (vinte) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Contrato interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Sabrosa e a Junta de

Freguesia de Covas do Douro, em matéria de cultura e tempos livres, mais propriamente, intervenção no telhado da ex-escola primária de Covas do Douro e outras intervenções necessárias, por forma a dar ao imóvel novas valências e utilidade, no valor de €20.000,00 (vinte mil euros). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a minuta de contrato interadministrativo com a Freguesia de Covas do Douro, em matéria de Cultura e Tempos Livres, mais propriamente, intervenção no telhado da ex-escola primária de Covas do Douro e outras intervenções necessárias, investindo neste imóvel, por forma a dar-lhe novas valências e utilidade, no valor de €20.000,00 (vinte mil euros), bem como autorizar a Presidente da Câmara Municipal a outorgar os respetivos contratos, submetendo à Assembleia Municipal para autorização, de acordo com a alínea m), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Colocado o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição a deputada Maria João Bessa, que questionou o motivo pelo qual existe uma diferença entre o valor que foi atribuído, de €20.000,00 (vinte mil euros), e o valor referido na informação, de €45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), em existência, de dotação, à data, para apoio às freguesias. -----

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, são valores distintos, uma vez que, o valor em dotação, é o disponível em orçamento e o valor atribuído é o que efetivamente vai ser necessário para a concretização da obra. O valor sobranço, mantém-se em orçamento. -----

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a celebração e a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Sabrosa e a Junta de Freguesia de Covas do Douro em matéria de cultura e tempos livres, mais propriamente, intervenção no telhado da ex-escola primária de Covas do Douro e outras intervenções necessárias, por forma a dar ao imóvel novas valências e utilidade, no valor de €20.000,00 (vinte mil euros), nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- **Dois ponto cinco: Presente informação n.º 1836/24 da UOF AFP datada de 20 (vinte) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Contrato interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Sabrosa e a Junta de Freguesia de Paços, em matéria de cultura e tempos livres, mais propriamente, intervenção no telhado da ex-escola primária de Sobrados e outras intervenções necessárias, por forma a dar ao imóvel novas valências e utilidade, no valor de €20.000,00 (vinte mil euros). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a minuta de contrato interadministrativo com a Freguesia de Paços, em matéria de Cultura e Tempos Livres, mais propriamente, intervenção no telhado da ex-escola primária de Sobrados e outras intervenções necessárias, investindo neste imóvel, por forma a dar-lhe novas valências e utilidade, no valor de €20.000,00 (vinte mil euros), bem como autorizar a Presidente da Câmara Municipal a outorgar os respetivos contratos, submetendo à Assembleia Municipal para autorização, de acordo com a alínea m), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Não havendo qualquer intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a celebração e a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Sabrosa e a Junta de Freguesia de Paços em matéria de cultura e tempos livres, mais propriamente, intervenção no telhado da ex-escola primária de Sobrados e outras intervenções necessárias, por forma a dar ao imóvel novas valências e utilidade, no valor de €20.000,00 (vinte mil euros), nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- **Dois ponto sete: Presente informação n.º 3688/24 da UOF AFP datada de 8 (oito) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Saldo da Conta de Gerência 2023 (dois mil e vinte e três). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Mário Varela e Natália Amarante, autorizar a introdução do Saldo da Conta de Gerência, relativa ao ano de 2023 (dois mil e vinte e três), no valor de €306.881,83 (trezentos e seis euros, oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e três cêntimos), no ano económico de 2024 (dois mil e vinte e quatro), submetendo-se à apreciação da Assembleia Municipal".* -----

Colocadõ o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição a deputada Maria João Bessa, para solicitar a correção do valor por extenso indicado na agenda da ordem de trabalhos, onde se lê, *"(trezentos e seis euros, oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e três cêntimos)"*, deverá ler-se *"(trezentos e seis mil, oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e três cêntimos)"*. -----

A Presidente da Assembleia Municipal informou que será feita a devida correção. -----

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a autorização da introdução do Saldo da Conta de Gerência relativa ao ano 2023 (dois mil e vinte e três), no ano económico de 2024 (dois mil e vinte e quatro), com 5 (cinco) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto, João Borges, Maria de Fátima Fernandes e Maria João Bessa. -----

----- **Dois ponto oito: Presente informação n.º 3692/24 da UOF AFP datada de 8 (oito) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Modificação Orçamental n.º 7, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 2 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 2, Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 1, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 2 e à Alteração Modificativa ao Plano Atividades Municipais n.º 1. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a Modificação Orçamental n.º 7, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 2 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 2, Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 1, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 2 e à Alteração Modificativa ao Plano Atividades Municipais n.º 1, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação".* -----

Não havendo qualquer intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Modificação Orçamental n.º 7, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 2 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 2, Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 1, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 2 e à Alteração Modificativa ao Plano Atividades Municipais n.º 1, com 6 (seis) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto, João Borges, Maria de Fátima Fernandes, Maria João Bessa e Luís Almeida. -----

----- Dois ponto nove: Presente informação n.º 3694/24 da UOF AFP datada de 8 (oito) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto: Informação semestral sobre a situação económica, financeira e orçamental – 2.º semestre de 2023 (dois mil e vinte e três). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal". -----

Não havendo qualquer intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- Dois ponto dez: Presente informação n.º 2961/24 da UOF AFP datada de 18 (dezoito) de março de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto: Estatuto do Direito de Oposição – Relatório 2023 (dois mil e vinte e três). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal*". -----

Colocado o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição o deputado João Borges,, apresentando a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: "*Considerando o teor do documento apresentado, entende o PSD/Sabrosa que o mesmo não reflete as práticas implementadas Sra. Presidente do Executivo, no que ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição diz respeito, assim no decorrer do ano 2023, não foi cumprido o seguinte:* -----

Nunca foram disponibilizadas á Mesa da Assembleia eleita no início do mandato, qualquer apoio e condições mínimas para o exercício das suas funções, seja a nível administrativo, material e instalações afetas ao seu trabalho, acabando esta por vir a ser destituída, recorrendo a argumentos falsos e previamente orquestrados. -----

Aos Vereadores não Executivos, nunca foi dado qualquer tipo de apoio administrativo ou a nível de instalações e equipamentos para o exercício das suas funções, não sendo ainda satisfeitos vários dos seus pedidos de documentos e outros esclarecimentos em sede de reunião de Executivo. -----

Não foi solicitado de forma prévia qualquer contributo, aos eleitos do PSD na Assembleia Municipal ou ao Vereador Mário Varela, para o orçamento de 2024. -----

Acréscce referir que a Senhora Presidente, enquanto decisora política, age de uma forma absolutamente cega e surda, decidindo tudo de forma solitária, ignorando quem democraticamente foi eleito, não se inibindo de, com arrogância, utilizar expressões como aquela que regularmente usa, cito: "Quem ganhou as eleições é quem governa". -----

No ano em que comemoramos os 50 anos do 25 de Abril de 1974, dia em que foi dada a liberdade de Expressão e Ação ao Povo Português, não podemos continuar a ter por parte da senhora



Presidente do Município comportamentos que são contrários aqueles que faz questão de apregoar. Como diz o ditado "Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço". -----

Em Primeiro Lugar as Pessoas -----

Sabrosa Merece Mais -----

Sabrosa Merece melhor". -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- Dois ponto onze: Presente informação n.º 3483/24 da UOF AFP datada de 1 (um) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto: Lista de adjudicações plurianuais, em cumprimento da deliberação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 27 (vinte e sete) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três) – 1 de fevereiro a 31 de março. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal*". -----

Colocado o assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição as deputadas Maria João Bessa e Suzanne Peixoto. -----

Tomou a palavra a deputada Maria João Bessa, dizendo que do documento em análise - adjudicações plurianuais - estão referidos 4 (quatro) ajustes diretos, sendo que tem conhecimento de que neste período, de 1 (um) de fevereiro a 31 (trinta e um) de março, o Município de Sabrosa, concretizou pelo menos 27 (vinte e sete) ajustes diretos. Questiona assim, por que desses 27 (vinte e sete) ajustes diretos, apenas 2 (dois) constam da informação em análise. -----

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que só são presentes à Assembleia Municipal os ajustes diretos que são plurianuais, pelo que acredita que os restantes não constam da informação por que, provavelmente, são anuais. -----

De seguida, tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto, solicitando esclarecimentos sobre os ajustes diretos de regime geral, no que ao Agrupamento de Escolas Miguel Torga, mais concretamente ao valor de aquisição de café, descafeinado e açúcar, que, em comparação com a aquisição de pão e outros produtos de padaria para bufete, é superior, e dado se tratarem de escolas frequentadas por crianças e jovens com menos de 18 (dezoito) anos, questiona, pois, se os valores destas adjudicações são por um ano. -----

A Presidente da Câmara Municipal disse se esse ajuste direto não consta da informação em análise, é por que diz respeito a apenas um ano e que são produtos para a Escola Básica e Secundária Miguel Torga – Sabrosa, referentes a requisições, em função daquilo que o Diretor da Escola solicita, no âmbito da sua gestão. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, para cabal esclarecimento da questão, deu a palavra à Chefe de Divisão da UOF-ESAS, Manuela Rocha, que após cumprimentar os presentes, esclareceu que no âmbito da transferência de competências, a gestão do bufete e da papelaria, não foi transferida para o Município de Sabrosa, continuando a ser da responsabilidade da escola. Assim, todos os gastos e todas as aquisições que se encontram na "basegov", em nome do Agrupamento de Escolas Miguel Torga – Sabrosa, para estes dois espaços, são apenas da

responsabilidade do Agrupamento, sendo que a Câmara Municipal não intervém nestas aquisições. Finalizou dizendo que relativamente aos gastos do café, são responsabilidade da direção da escola, e só a direção é que poderá responder a essa questão. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto doze: Presente informação n.º 3744/24 da UOF AFP datada de 8 (oito) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Abertura de procedimentos concursais para o provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º e 3.º Graus e submissão da proposta de constituição do júri à Assembleia Municipal. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Mário Varela e Natália Amarante, a abertura dos procedimentos concursais para o provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º e 3.º Graus, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual. Mais foi deliberado, em cumprimento do disposto do n.º 1, do artigo 13.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, submeter à Assembleia Municipal, a seguinte proposta de júri designadamente para: Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica e Flexível de Educação, Saúde e Ação Social (UOF-ESAS): Júri: Presidente: Mário André Alves Ribeiro Sampaio, Chefe de Divisão de Cultura, Educação e Desporto da Câmara Municipal de Alijó; 1.º Vogal Efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sabrosa; 2.º Vogal Efetivo: Ana Paula Barbosa Narciso, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Alijó; 1.º Suplente: José Duarte Penas Dias, Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, da Câmara Municipal de Sabrosa; Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, Chefe de Serviço de Gestão Contabilística e Contratação: Júri: Presidente: Ricardo Sapage Madeira, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião; 1.º Vogal Efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sabrosa; 2.º Vogal Efetivo: José Duarte Penas Dias, Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, da Câmara Municipal de Sabrosa; 1.º Suplente: Jacinta da Conceição Pinto Vilela, Chefe de Divisão de Obras, Serviços e Ordenamento do Território, da Câmara Municipal de Sabrosa; Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, Chefe de Serviço, de Obras Públicas: Júri: Presidente: Jacinta da Conceição Pinto Vilela, Chefe de Divisão de Obras, Serviços e Ordenamento do Território, da Câmara Municipal de Sabrosa; 1.º Vogal Efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sabrosa; 2.º Vogal Efetivo: Vítor Jorge Mota de Carvalho, Chefe de Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Peso da Régua; 1.º Suplente: José Duarte Penas Dias, Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, da Câmara Municipal de Sabrosa; Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, Chefe de Serviço, de Turismo e Empreendedorismo: Júri: Presidente: José Duarte Penas Dias, Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, da Câmara Municipal de Sabrosa; 1.º Vogal Efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial*



da Câmara Municipal de Sabrosa; 2.º Vogal Efetivo: *Fátima Maria Henrique de Barros, Chefe de Divisão Estratégica e Empreendedorismo, da Câmara Municipal de Alijó; 1.º Suplente: Jacinta da Conceição Pinto Vilela, Chefe de Divisão de Obras, Serviços e Ordenamento do Território, da Câmara Municipal de Sabrosa; Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, Chefe de Serviço, de Ação Social: Júri: Presidente: José Duarte Penas Dias, Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, da Câmara Municipal de Sabrosa; 1.º Vogal Efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sabrosa; 2.º Vogal Efetivo: Ana Paula Barbosa Narciso, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social, da Câmara Municipal de Alijó; 1.º Suplente: Jacinta da Conceição Pinto Vilela, Chefe de Divisão de Obras, Serviços e Ordenamento do Território, da Câmara Municipal de Sabrosa*". ----

Não havendo qualquer intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a proposta de constituição dos júris apresentada pelo Executivo Municipal para os procedimentos concursais para o provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º e 3.º Graus, com 5 (cinco) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto, João Borges, Maria de Fátima Fernandes e Maria João Bessa. -----

---- **Dois ponto treze: Presente informação n.º 10351/23, do Gabinete de Proteção Civil, datada de 9 (nove) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:**

Proposta de Regulamento Municipal de Gestão de Combustível no Interior de Áreas Edificadas. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "Aprovado, por maioria com a abstenção do Vereador Mário Varela, ratificar o despacho do Vice-Presidente datado de 10 (dez) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro) do seguinte teor: "Utilizado o n.º 3 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua atual redação. À reunião de Câmara dada a urgência, uma vez que se aproxima a época de Verão". Mais foi deliberado aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Gestão de Combustível no Interior de Áreas Edificadas, submetendo-se à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual". -----

Não havendo qualquer intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a proposta do Regulamento Municipal de Gestão de Combustível no Interior de Áreas Edificadas, com 1 (uma) abstenção do Deputado Luís Baptista.

---- **Dois ponto catorze: Informação n.º 3573/24, da UOF OSOT, datada de 8 (oito) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:**

Pedido de Declaração de Interesse Municipal para empreendimento TER (Turismo em Espaço Rural) – Casa de Campo - Quinta da Sobreira, em Gouvinhas. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "Aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido de Declaração de Interesse Municipal, submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc), do n.º1, do artigo n.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que deu nota de que a Quinta da Sobreira, pertence à Quinta do Crasto S.A e possui 3 (três) edificações pré-existentes, onde pretendem fazer um investimento num empreendimento Turístico em Espaço Rural. Este grupo familiar está



a fazer vários investimentos no Concelho de Sabrosa e para os quais, disse, se reconhecer tanto a qualidade como o impacto económico que vai ter no concelho. -----

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à discussão, tendo solicitado a sua inscrição, o deputado Luís Almeida, dizendo que a Declaração de Interesse Municipal é por natureza, "*algo que é uma decisão política*". É por existência, aprovada, decidida ou autorizada quando há uma valorização económica, urbanística, ambiental, turística, para a freguesia ou concelho, pelo que a sua importância deve ser comprovada, por que, acarreta algumas isenções em termos de impostos. -----

Acrescentou ainda que, estas informações deveriam ter sido enviadas previamente, contudo, compreende que não houve tempo, uma vez que o assunto foi presente à última reunião de Executivo Municipal, já depois do envio da agenda da ordem de trabalhos para esta sessão da Assembleia Municipal, sendo que o ideal seria terem incluído uma memória descritiva que pudesse facilitar a tomada de decisão, ou até eventualmente uma planta, pois que há determinadas condicionantes que deveriam ser verificadas, como sejam: a colocação numa zona de alto perigo florestal ou a questão da reserva ecológica. -----

Questiona, pois, relativamente à conclusão referida na informação técnica, se a situação foi verificada, pois que foi também reforçada pelo parecer jurídico, que dela faz parte. -----

A Presidente da Câmara Municipal em resposta informou que este Município não aplica a derrama às empresas do concelho. Quanto ao empreendimento em si, o mesmo pode ser feito, desde que tenha esta tipologia, ou seja ter edificações pré-existent e estar em solo rural, apesar da alta perigosidade de incêndio. -----

De novo, no uso da palavra, o deputado Luís Almeida leu a conclusão da informação técnica e questionou se foi verificado o cumprimento da pretensão desta entidade, conforme referido na informação técnica e que também é reforçado pelo parecer jurídico. -----

A Presidente da Câmara Municipal solicitou que fosse dada a palavra à Chefe de Divisão da UOF-OSOT para melhor esclarecimento. -----

Tomou a palavra a Chefe de Divisão da UOF-OSOT, Jacinta Vilela, explicando que qualquer munícipe tem direito à informação, pelo que quando um munícipe se dirige aos serviços da OSOT e solicita uma informação, os serviços observam os instrumentos de gestão e dão uma resposta positiva ou negativa, o que para o munícipe será determinante para a continuação ou não do que ele prenderia fazer. Este direito à informação nada tem a ver com o Interesse Público. -----

O que foi informado é que a entidade não vai cumprir o artigo 11.º, que tem a ver com a perigosidade de incêndio, contudo, o Regulamento da Perigosidade de Incêndio permite que a entidade, através do pedido de interesse público, consiga fazer o empreendimento que pretende. É uma solução que permite ultrapassar o problema. -----

Acrescentou ainda que, nos serviços da OSOT não têm por norma, aquando da elaboração das informações técnicas, colocar em conclusão a opinião pessoal, apenas transcrevem a legislação, bem como são anexos também os regulamentos, e, neste caso, foi ainda para o consultor jurídico para informar o que a entidade poderia estar a violar, nesse empreendimento. -----

Novamente, no uso da palavra, o Deputado Luís Almeida, disse que esta é uma forma de contornar o problema, dentro da legalidade, para permitir a edificação. -----

A Chefe de Divisão da UOF-OSOT, de novo no uso da palavra, esclareceu ainda que na perigosidade muito elevada, como é o caso, e mesmo havendo pré-existências, fica dependente da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, não é, portanto, um direito adquirido, daí que a legislação diga que se for declarada, a entidade pode ter esse direito, também porque a entidade quer fazer uma ampliação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a proposta do Executivo Municipal para emissão de parecer favorável ao pedido de Declaração de Interesse Municipal para empreendimento TER (Turismo em Espaço Rural) – Casa de Campo - Quinta da Sobreira, em Gouvinhas, requerido pela Quinta do Crasto, S.A, com 7 (sete) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto, João Borges, Maria de Fátima Fernandes, Maria João Bessa, Luís Almeida e Sérgio Freitas. -----

----- **Ponto três: Período de Intervenção do Público:** -----

Não houve qualquer inscrição para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. -----

- Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022. -----

----- Pelas vinte horas e quinze minutos deu-se por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente ata. -----



